



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5001867-90.2020.4.04.0000/RS

AGRAVANTE: ORACI FARIAS DOS SANTOS

ADVOGADO: IMILIA DE SOUZA (OAB RS036024)

AGRAVADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida em ação previdenciária, na qual foi deferida parcialmente a gratuidade da justiça, ficando o autor responsável pelo pagamento de eventuais honorários periciais.

Sustenta o agravante que não possui condições de arcar com as custas processuais e periciais sem prejuízo de seu sustento e de sua família, tendo comprovado a hipossuficiência através da documentação acostada aos autos.

Liminarmente, foi deferido o pedido de antecipação da tutela recursal.

Intimado, o agravado apresentou contrarrazões (evento 8).

Decido.

A decisão inaugural foi proferida nos termos que transcrevo:

Reproduzo os termos da decisão agravada:

"1. Concedo parcialmente à parte autora o benefício da gratuidade judiciária, como possibilita o art. 98, § 5º, do CPC, ficando dispensada do adiantamento das custas e do pagamento de eventuais honorários de sucumbência, salvo na hipótese de sobrevir mudança em sua situação econômico-financeira que lhe permita saldá-los, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º do CPC/2015. Deverá ela arcar, todavia, com eventuais honorários periciais, de valor reduzido, a serem fixados até o valor máximo estabelecido nas Tabelas II e V da Resolução nº 2014-00305/2014 do CJF, tendo em vista que o demandante mantém vínculo laboral ativo e dispõe de renda."

A solução idealizada pelo julgador monocrático está fundada na previsão legal de concessão parcial da gratuidade judiciária e, em especial, na insuficiência de verba orçamentária da Justiça Federal,

sendo absolutamente razoável e compatível com a responsabilidade fiscal.

Todavia, no caso em tela, o autor demonstra exercer seu labor como motorista na empresa SOGIL SOCIEDADE DE ÔNIBUS GIGANTE LTDA, tendo como salário bruto o valor de R\$ 4.142,69 (competência de novembro/2019 - evento 1 - ANEXO2).

Nessas condições, considerando que já foi reconhecida pelo Juízo a possibilidade de deferimento da gratuidade da justiça ante à vulnerabilidade econômica do autor, mesmo diante das reconhecidas restrições que vêm sofrendo os gastos públicos, inclusive com relação às perícias judiciais, impõe-se por ora, o deferimento total da gratuidade de justiça.

Registro que, no decorrer da instrução, diante de impossibilidade material de realização da diligência, poderá o Juízo recorrer à solução aventada, como forma de agilizar o andamento processual, sem prejuízo de posterior ressarcimento em caso de sucumbência do INSS. Isso porque impõe-se, em nome do princípio da colaboração, a construção de soluções para o período de restrição, as quais poderão ser também elaboradas à luz de iniciativas das partes.

*Pelo exposto, **defiro** a antecipação da tutela recursal para que a gratuidade de justiça alcance também eventuais despesas com perícia.*

Não obstante as alegações veiculadas no evento 8, mantenho a decisão inicial pelos próprios fundamentos.

Ante o exposto, **dou provimento** ao agravo de instrumento.

Intimem-se, após o trânsito em julgado dê-se baixa.

Documento eletrônico assinado por **TAIS SCHILLING FERRAZ, Juíza Relatora**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001785890v4** e do código CRC **651fa821**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): TAIS SCHILLING FERRAZ

Data e Hora: 14/5/2020, às 0:28:5

5001867-90.2020.4.04.0000

40001785890.V4